



Batepá, o massacre colonial português que foi silenciado

21 FEVEREIRO 2018

Em São Tomé e Príncipe, Marcelo Rebelo de Sousa visita o monumento aos Mártires da Liberdade, que assinala o massacre de Batepá, em 1953. Um massacre ainda hoje desconhecido da maioria dos portugueses.

PUB

Fernando Alves e Rita Carvalho Pereira

É um dos momentos mais simbólicos da viagem do Presidente português a São Tomé e Príncipe. Marcelo Rebelo de Sousa homenageia, esta quarta-feira, as vítimas do massacre de Batepá, um dos acontecimentos mais trágicos do tempo colonial, que foi praticamente silenciado em Portugal.

Inês Nascimento Rodrigues, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que fez o doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, a partir destes acontecimentos nos anos 1950, em São Tomé e Príncipe, esteve na Manhã TSF para falar sobre esta marca negra da história do colonialismo português.

"O massacre de Batepá é ainda um evento bastante silenciado porque ainda subsiste uma narrativa lusotropicalista que acaba por minimizar os mecanismos de violência usados pelo Império Colonial Português, na administração e manutenção dos territórios coloniais", afirma a investigadora.

audioTSF\audio\2018\02\noticias\21\conversa_batepalInês Nascimento Rodrigues, especialista em Pós-Colonialismos, esteve à conversa com Fernando Alves na Manhã TSF

Existe um relatório aos acontecimentos de Batepá que foi produzido entre 1974 e 1975, que está no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que, ainda hoje, não pode ser lido na íntegra por se considerar que pode pôr em causa as boas relações diplomáticas entre os dois países, garante Inês Nascimento Rodrigues.

O massacre esteve diretamente relacionado com a organização social e laboral nas roças, e é uma questão mais complexa do que se possa imaginar. "O massacre não foi um ato isolado", refere a investigadora.

"Com a recolonização das ilhas no século XIX, a construção das grandes roças de cacau e café e uma crescente procura destes produtos, havia uma grande necessidade de mão-de-obra no arquipélago que não conseguia ser suprida", explica. Os forros, o grupo étnico predominante naquelas ilhas, se recusavam a trabalhar pelo "regime de contrato" - "um eufemismo para trabalho, na maioria das vezes, forçado, em condições quase análogas à escravatura", diz Inês Nascimento Rodrigues.

Quando o Inspetor da Curadoria-Geral dos Indígenas alerta para mais alterações ao regime de trabalho nas roças, a desconfiança e a tensão aumentam em São Tomé e Príncipe. "Houve, muito rapidamente, uma resposta violenta da administração colonial portuguesa face à morte de um alferes português e, a partir dessa altura, registam-se rusgas constantes a casas, lojas incendiadas, prisões sobrelotadas e um campo de trabalho forçado, em Fernão Dias - o local onde está hoje o memorial ao massacre.

Para além do povo são-tomense, há dois protagonistas portugueses na história: o ex-governador da colónia, o coronel Carlos Gorgulho, que instigou os portugueses proprietários de terras contra os trabalhadores nativos e, do lado oposto, o advogado Manuel João da Palma Carlos, que acompanhou o processo judicial que se seguiu ao massacre e, graças a quem, os são-tomenses que foram detidos arbitrariamente conseguiram reconquistar a sua liberdade.

Para mais detalhes consulte:

<https://www.tsf.pt/internacional/interior/batepa-o-massacre-colonial-portugues-que-foi-silenciado-9133751.html>

Global Notícias - Media Group S.A.

Copyright © - Todos os direitos reservados